

CEA estima queda de investimento na energia em África para 60 mil milhões

11 de Novembro, 2020

O presidente da Câmara de Energia Africana (CEA) estimou que os investimentos de capital em África vão cair de 90 mil milhões para 60 mil milhões de dólares devido ao impacto da pandemia de covid-19 nas petrolíferas, lê-se no site da agência Lusa.

“Antes da pandemia, o investimento de capital no petróleo e gás africanos devia chegar a 90 mil milhões de dólares [76,196 mil milhões de euros] neste e no próximo ano, mas com as empresas numa corrida para cortar custos e com adiamentos aos grandes projetos, esse número caiu para 60 mil milhões de dólares [50,797 mil milhões de euros]”, disse NJ Ayuk na apresentação do relatório deste ano sobre as Perspetivas da Energia em África.

“A indústria está a debater-se com regimes fiscais mais restritivos, desafios crónicos de regulamentação, competição da indústria de xisto e uma transição para práticas de produção mais verdes, por isso a pandemia de covid-19 chegou num momento particularmente difícil”, disse o presidente da entidade privada destinada a promover os investimentos energéticos em África.

Segundo NJ Ayuk, as atividades na área do petróleo e gás foram, sem dúvida, afetadas em 2020, “mas a perspetiva de evolução para os projetos, os regimes fiscais e os investimentos em África continuam otimistas”. O “potencial da energia em África é enorme e há oportunidades significativas para novos desenvolvimentos no setor”, venceu.

Segundo a Lusa, o relatório da CEA, com o apoio da consultora Rystad Energy, passa em revista os principais acontecimentos dos últimos meses com especial destaque nos impactos da pandemia de covid-19 para o setor energético em África, e aponta também as reformas necessárias para o continente africano recuperar mais rapidamente e aproveitar o potencial destes recursos naturais.

“Está na altura de reformas fiscais ousadas”, defende-se no relatório, apontando que “a maioria dos produtores africanos percebe os desafios colocados pelos seus atuais regimes fiscais no ambiente atual de preços e está envolvido em aprovar emendas adequadas”, exemplificando com a nova legislação na Nigéria e em Angola, os dois maiores produtores da África subsaariana. Ainda assim, acrescentam, “mudar os regimes fiscais implica novos desafios, causa incerteza, distorce a receita esperada para o Estado, e é difícil acordar em quais os parâmetros fiscais a adotar”.

Apesar destas dificuldades, concluem, “para atrair capital para possíveis projetos no futuro, as nações africanas com recursos petrolíferos têm de adaptar os seus regimes fiscais a um novo modelo de mais oferta e menos procura, porque se não o fizerem isso pode levar a recursos perdidos e projetos perdidos”.

A Câmara de Energia Africana, sediada em Joanesburgo, é uma entidade privada destinada a fomentar os investimento em África, tendo hoje lançado o segundo relatório anual sobre as perspetivas de evolução deste setor no continente.